

**EXMO. D. JUÍZO DA VARA REGIONAL EMPRESARIAL E DE CONFLITOS
RELACIONADOS À ARBITRAGEM DAS 2ª, 5ª E 8ª RAJs DA COMARCA DE SÃO
JOSÉ DO RIO PRETO/SP**

Autos nº 1000488-88.2024.8.26.0359

LUIZ BAPTISTA JUNIOR, empresário produtor rural, inscrito no CPF/MF sob o nº 097.402.988-26 e no CNPJ sob os nº 54.799.669/0001-14 e nº 08.391.949/0001-71, com endereço na Rua Maria da Conceição de Arruda Vilaça, nº 115, Bairro Santa Mônica, CEP 17700-000, Osvaldo Cruz/SP ("Luiz Baptista"); e **SANDRA AMALIA MARCUSSI NABAS BAPTISTA**, empresária produtora rural, inscrita no CPF/MF sob o nº 120.977.978-14 e no CNPJ sob o nº 27.734.224/0001-83, com endereço residencial na Rua Maria da Conceição de Arruda Vilaça, nº 115, Bairro Santa Mônica, CEP 17700-000, Osvaldo Cruz/SP ("Sandra Baptista" e, em conjunto com Luiz Baptista, "Requerentes"); vêm, por seus advogados, com endereço profissional constante no timbre e e-mail intimacoes.sp@lollato.com.br, com fundamento nos arts. 161 e seguintes da Lei nº 11.101/05 ("LRF"), aditar o pedido de Tutela Cautelar de fls. 1/20, para formular **PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL**, pelas razões a seguir expostas.

1 – BREVE INTRODUÇÃO

1. Em 03/06/2024, os Requerentes ajuizaram a Tutela Cautelar perante este D. Juízo, oportunidade em que demonstraram que já havia sido instaurado o procedimento de mediação perante o CEJUSC com os credores (i) Cooperativa de Credito Nosso - Sicoob Nosso, (ii) Banco do Brasil S.A. e (iii) Banco do Bradesco S.A.
2. As sessões de mediação foram então realizadas nos dias 12/07/2024, 09/08/2024 e 23/08/2024, conforme atas juntadas nos autos nº 1008979-11.2024.8.26.0351.
3. Durante e após a mediação foi possível verificar o avanço de tratativas que culminaram na elaboração do Plano de Recuperação Extrajudicial anexo ("Plano" – **Doc. 01**), que visa equalizar a dívida financeira dos Requerentes.
4. O Plano conta com a aprovação de mais de 38% (trinta e oito por cento) dos créditos abrangidos, sendo certo que dentro do prazo de 90 (noventa) dias será possível finalizar a negociação e obter a adesão dos credores remanescentes, atingindo, portanto, o quórum mínimo para homologação do Plano, nos termos do art. 163, § 7º da LRF.
5. Requer-se, portanto, o processamento da recuperação extrajudicial, com a ratificação do *stay period* e o prazo de 90 dias para obtenção da adesão de mais de 50% dos créditos, como se abordará a seguir.
6. Conforme evidenciado na Tutela Cautelar (fls. 1/20), o principal estabelecimento dos Requerentes está situado no Município de Osvaldo Cruz/SP, que compreende a extensão territorial das áreas rurais dos Requerentes. É, também, a cidade de moradia dos Requerentes, local em que são tomadas todas as decisões administrativas, operacionais e financeiras, além de centralizar a contabilidade.

7. Deste modo, este é o foro competente para conhecer e processar o presente pedido de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial, conforme dispõe o art. 3º da LRF e arts. 1º e 3º da Resolução nº 877/2022 do TJ/SP.

2 – RAZÕES DA CRISE E VIABILIDADE ECONÔMICA

8. **Histórico da atividade.** Conforme amplamente exposto na Tutela Cautelar, os Requerentes são produtores rurais e desenvolvem suas atividades no Município de Osvaldo Cruz/SP. Têm na agropecuária a sua principal fonte de renda e atuam, principalmente, no cultivo de produtos agrícolas tais como café, cana-de-açúcar e cultivo de seringueira para produção de borracha, além da criação de bovinos.

9. A principal atividade desenvolvida, durante muito tempo, centralizava-se no cultivo cafeeiro iniciada pelo pai do Requerente Luiz Baptista, e que passou a andar lado a lado com a criação de gado e, posteriormente, com o plantio de cana de açúcar e cultivo de seringueira.

10. Devido à agropecuária, Luiz Baptista pôde se formar em agronomia, buscando sempre aprimorar seus conhecimentos e desenvolver a atividade que garante seu sustento. Desde cedo, trabalhou no setor agrícola em conjunto com seu pai, contando posteriormente com a participação de sua esposa, Sandra Baptista, também Requerente.

11. Hoje em dia, a atuação dos Requerentes é destinada ao cultivo de cana-de-açúcar, seringueira e, principalmente, à produção de café.

12. Os Requerentes produzem café 100% arábica, de altíssima qualidade. Parte é vendido a exportadores e parte utilizado na produção própria, ou seja,

produzido, embalado e vendido ao mercado consumidor pelos Requerentes em grãos, pó e cápsula. Produzem, ainda, cachaça artesanal, tudo sob o nome “L.B.”, acrônimo de Luiz Baptista, nome do Requerente e de seu pai, também produtor de café em Osvaldo Cruz, já falecido.

13. A plena atividade dos Requerentes pode ser acompanhada em seu *instagram*¹, que traz fotos de eventos e do dia a dia dos produtores no que diz respeito à produção de café e cachaça:



¹ Acesso em: "<https://www.instagram.com/cafe.lb.osvaldocruz/>".



14. **Crise no setor agropecuário.** Embora a atividade empreendida pela família dos Requerentes tenha lhes proporcionado lucro por muito tempo – vivendo seu ano de ouro em 1965 –, também suportou prejuízos irreversíveis em decorrência das adversidades climáticas vivenciadas, sobretudo as graves geadas ocorridas em 1975, que proporcionou o êxodo de diversos agricultores e de suas famílias.

15. A família de Luiz Baptista, à frente da produção cafeeira na época, realizou diversos investimentos para salvar o que restou do plantio, obtendo bons resultados produtivos e financeiros quando houve a alavancagem do preço do café, decorrente da significativa redução da safra no país inteiro.

16. Ocorre que, quinze anos depois, em 1994, uma outra geada atingiu o Estado de São Paulo, dizimando grande parte da colheita. À época, os Requerentes se viram compelidos a diversificar a produção – majoritariamente cafeeira – para o cultivo de cana-de-açúcar, o que fez com que contraíssem elevados financiamentos bancários.

17. Após serem gravemente prejudicados com o fechamento das usinas durante a crise do setor sucroalcooleiro, os Requerentes voltaram-se novamente ao plantio de café, obtendo estoques de grãos relevantes a nível de mercado. Contudo, assim como ocorreu com muitos empresários, foram afetados pelo cenário pandêmico vivenciado a partir do ano de 2019, em decorrência do COVID-19.

18. A despeito das adversidades climáticas e das crises verificadas no setor cafeeiro e açucareiro, é importante mencionar que a criação de gados também lhes gerou bastante prejuízo, aumentando a necessidade de investimentos externos e empréstimos bancários. Nos últimos anos, a cotação do gado enfrentou significativa baixa. Os preços, inicialmente correspondentes à R\$ 320 a R\$ 350/arroba, despencaram a valores de R\$ 200 a R\$ 220/arroba.

19. Todos estes motivos foram prejudiciais à atividade dos Requerentes, elevando o seu endividamento bancário junto aos credores objeto do Plano - e o que motivou, portanto, a propositura da reclamação pré-processual, bem como a Tutela Cautelar, buscando uma negociação efetiva com seus credores.

20. **Viabilidade econômica.** O valor total da dívida a ser reestruturada é de R\$ 7.832.039,67, denotando a essencialidade da homologação do plano para o soerguimento dos Requerentes, com vias de não só equalizar seu passivo e resolver seu problema momentâneo de caixa, mas também possibilitando a continuidade de suas atividades rurais que já perduram gerações em sua família.

21. Conforme já amplamente exposto na Tutela Cautelar, os Requerentes sempre tiveram na agropecuária a sua atuação profissional e principal fonte de renda, mantendo-se como nomes relevantes na região de Osvaldo Cruz/SP, mesmo durante as crises ambientais e, estão certos de que a reestruturação de seu passivo permitirá a continuidade de tais atividades.

22. O cenário brasileiro também se mostra favorável à atividade empreendida pelos produtores. O cultivo cafeeiro se apresenta muito promissor, sobretudo diante da alta no preço da *commodity*², o que poderá impactar fortemente na rentabilidade oriunda da sua comercialização³, certamente auxiliando no soerguimento das operações.

23. Diante disso, os Requerentes reforçam que estão buscando, da melhor forma possível, renegociar seus passivos, o que culminou com a apresentação deste pedido de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial, que conta com a

² Acesso em: <https://www.moneytimes.com.br/cafe-atinge-maxima-em-quase-2-anos-e-isso-deve-pesar-no-seu-bolso-entenda-os-reflexos/>

³ Acesso em: <https://cna-portal-2022new.dotgroup.com.br/noticias/preco-do-cafe-apresenta-comportamento-atipico-e-segue-em-alta-no-mercado/>

aprovação do quórum previsto no art. 163, §7º da LRF, a fim de que enfrentem esta temporária crise financeira.

3 – OBJETO DO PLANO

PREENCHIMENTO DO QUÓRUM NECESSÁRIO E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS POR LEI

24. O art. 161 da LRF faculta ao devedor, havendo o preenchimento dos requisitos do art. 48, *caput* e incisos desta Lei, a possibilidade de negociar com credores o seu Plano de Recuperação Extrajudicial.

25. O art. 163 da LRF possibilita ao devedor requerer a homologação do seu Plano de Recuperação Extrajudicial desde que assinado por credores que representem mais da metade dos créditos de cada espécie abrangidos, hipótese em que todos os créditos por ele abrangidos serão reestruturados.

26. O pedido previsto no *caput* do art. 163 poderá ser apresentado com comprovação da anuência de credores que representem pelo menos 1/3 (um terço) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos e com o compromisso de, no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, contado da data do pedido, atingir o quórum previsto no *caput* deste artigo, por meio de adesão expressa (§7º do art. 163, LRF).

27. Os Requerentes buscam a sua reestruturação nos termos do art. 163, *caput* da LRF, ressaltando, desde já, que os créditos relacionados neste pedido de Recuperação Extrajudicial (“Créditos Abrangidos”) são oriundos de dívidas exclusivamente financeiras, decorrentes de empréstimos e/ou financiamentos bancários adquiridos no decorrer dos anos, conforme detalhado no capítulo 2.

28. Nas palavras de Maria Rita Rebello Pinho Dias e Fernando Antonio Maia da Cunha, “o plano de recuperação extrajudicial [poderá] abranger a totalidade de uma ou mais espécies de créditos gravados com garantia real, quirografários ou subordinados, ou abranger grupo de credores de mesma natureza e sujeitos à semelhantes condições de pagamento”⁴.

29. Neste contexto e diferente do que ocorre na Recuperação Judicial, o agrupamento de credores ocorre de maneira mais flexível e direcionada àqueles que necessitem de reestruturação. Bem por isso que o §1º do art. 163 da LRF prevê:

*“O plano poderá abranger a totalidade de uma ou mais espécies de créditos previstos no art. 83, incisos II, IV, V, VI e VIII do caput, desta Lei, **ou grupo de credores de mesma natureza e sujeito a semelhantes condições de pagamento, e, uma vez homologado, obriga a todos os credores das espécies por ele abrangidas, exclusivamente em relação aos créditos constituídos até a data do pedido de homologação.**”*

30. Os Requerentes ressaltam, portanto, que a presente homologação é requerida com quórum de 1/3 dos Créditos Abrangidos pelo Plano de Recuperação Extrajudicial (“Credores Signatários” – vide anexo 1.1.4 do **Doc. 01**), motivo pelo qual se comprometem a obter as anuências necessárias à homologação dentro do prazo legal de 90 dias.

RELAÇÃO DE CREDITORES ABRANGIDOS		
Credor	Valor (R\$)	%
BANCO DO BRASIL S.A.	R\$ 3.257.903,70	41,60%
BANCO DO BRADESCO S.A.	R\$ 1.579.570,22	20,17%
OKNO 1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS	R\$ 2.994.565,75	38,23%
TOTAL	R\$ 7.832.039,67	100,00%

⁴ Da Cunha, Fernando Antonio Maia; Dias, Maria Rita Rebello Pinho. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. Lei nº 11.101. de 09 de fevereiro de 2005. Editora Contra Corrente. São Paulo, 2022.

31. Dito isto, em estrito cumprimento ao disposto nos arts. 161 e 163, ambos da LFR, os Requerentes apresentam todos os documentos indispensáveis à instrução do pedido de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial, incluindo os elencados no § 6º do art.163 da Lei nº 11.101/05, conforme tabela abaixo:

Requisitos	Doc. / Fls.
Documentos societários dos Requerentes (arts. 48, <i>caput</i> , inciso IV; e 51, inciso V da LRF)	Fls. 39/51
Procurações	Fls. 25/27 e 399
Fichas cadastrais emitidas pela Junta Comercial, demonstrando o exercício das suas atividades há mais de 2 (dois) anos (art. 48, <i>caput</i> da LRF)	Fls. 40, 50 e 382
Plano de Recuperação Extrajudicial que será aderido por pelo menos 1/3 (um terço) de todos os Créditos Abrangidos (art. 163, <i>caput</i> da LRF)	Doc. 01
Termos de Adesão ao Plano e Documentos que comprovam os poderes dos subscritores do Plano para novar ou transigir (art. 163, § 6º, inciso III da LRF)	Docs. 02
Comprovação da exposição patrimonial das Requerentes (art. 163, § 6º, inciso I da LRF)	Doc. 03
Certidões de distribuição falimentar e criminal, obtidas no município onde estão situadas a sede das Requerentes, demonstrando que jamais foram falidas nem obtiveram a concessão de recuperação judicial (art. 48, incisos I, II e III; e 161, § 3º, ambos da LRF)	Fls. 282/286 e Doc. 05
Certidões de distribuição falimentar e criminal, demonstrando que os sócios e administradores das Requerentes jamais foram condenados a nenhum dos crimes previstos pela Lei 11.101/2005 (art. 48, IV da LRF)	Fls. 283 e 285 e Doc. 05
Demonstrações contábeis das Requerentes, compostas pelos balanços patrimoniais, demonstrações de resultados e relatórios de fluxo de caixa do último exercício social e aquela extraída especificamente para instruir este presente pedido (art. 51, inciso II e 163, § 6º, inciso II, ambos da LRF)	Fls.59/157, 183/195, Doc. 03 a Doc. 04
Relações dos Credores Abrangidos	Vide Doc. 01 (Anexo 1.1.4)
Relação dos Credores Signatários	Vide Doc. 01 (Anexo 1.1.2)

32. Assim, conforme se constata, estão presentes todos os requisitos necessários à submissão do pedido de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial, inclusive com relação aos Créditos Abrangidos.

4 – SUSPENSÃO DAS AÇÕES E CONSTRIÇÕES PATRIMONIAIS COM RELAÇÃO AOS CRÉDITOS ABRANGIDOS: *STAY PERIOD*

33. A partir da distribuição do pedido de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial, as ações e/ou execuções dos créditos abrangidos pelo Plano deverão ser suspensas (arts. 161, § 4º, 163, § 8º, ambos da Lei nº 11.101/05).

34. Conforme ensina Marcelo Barbosa Sacramone⁵, *“a suspensão das ações e execuções promovidas pelos credores submetidos ao plano de recuperação extrajudicial assegura que os bens da recuperanda não sejam constritos por credores que, caso o plano de recuperação extrajudicial seja homologado judicialmente, terão os créditos novados”*.

35. Neste sentido, a preservação dos ativos da devedora durante a recuperação extrajudicial assegura o *“resultado útil do processo, a preservação da atividade empresarial com a satisfação dos interesses dos diversos agentes envolvidos com o seu desenvolvimento, bem como a igualdade de tratamento entre os credores sujeitos”*⁶.

36. Neste sentido, é o entendimento pacífico do E. TJ/SP:

⁵ Sacramone, Marcelo B. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). SRV Editora LTDA, 2023.

⁶ Sacramone, Marcelo B. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). SRV Editora LTDA, 2023.

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL. DECISÃO QUE INDEFERIU A SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES EM FACE DAS DEVEDORAS. REFORMA. **O PRAZO DE STAY PERIOD CORRE AUTOMATICAMENTE COM O PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, EM RELAÇÃO ÀS ESPÉCIES DE CRÉDITO POR ELE ABRANGIDAS, DEVENDO SER RATIFICADO PELO JUIZ SE COMPROVADO O QUÓRUM INICIAL DE 1/3 DE TODOS OS CRÉDITOS. ART. 163, §8º, DO NCPC. HIPÓTESE EM QUE NOTICIADA A ADESÃO DE MAIS DE 60% DOS CRÉDITOS SUJEITOS AO PLANO. TERMO INICIAL DO STAY PERIOD A PARTIR DO PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL. DECURSO DO PRAZO QUE NÃO ENSEJA A PERDA DO OBJETO E INTERESSE RECURSAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.**”⁷

37. Deste modo, em atenção aos arts. 161, § 4º, 163, § 8º, da LRF, ao que determina a doutrina e jurisprudência do E. TJ/SP, requer-se este DD. Juízo ratifique a suspensão automática das ações, execuções ou de eventuais constrições patrimoniais que sejam promovidas pelos credores abrangidos pelo Plano de Recuperação Extrajudicial em desfavor dos Requerentes.

5 – CONCLUSÃO E PEDIDOS

38. Ante o exposto, os Requerentes requerem:

- a) A ratificação da suspensão e proibição de todas as ações, execuções e constrições patrimoniais em desfavor dos Requerentes promovidas pelos Credores Abrangidos, pelo

⁷ TJSP; Agravo de Instrumento 2297665-32.2022.8.26.0000; Des. Rel. Alexandre Lazzarini; 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; j: 05/07/2023.

prazo de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos dos arts. 161, § 4º, 163, § 8º, da LRF;

- b) O deferimento do processamento do presente pedido de Homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial, com a publicação do Edital de Convocação dos Credores para, querendo, apresentem eventual impugnação, conforme dispõe o art. 164 da Lei nº 11.101/05;
- c) Posteriormente, uma vez atingido o quórum previsto no *caput* do art. 163 da LRF, a homologação, por sentença, do Plano de Recuperação Extrajudicial apresentado, vinculando todos os Credores Abrangidos, nos termos do art. 165 da LRF.

39. Finalmente, requer sejam todas as publicações realizadas em nome dos advogados **Tiago Schreiner Garcez Lopes** (OAB/SP 194.583) e **Guilherme França** (OAB/SP 324.907), em conjunto, sob pena de nulidade, indicando ainda, para fins de intimações eletrônicas, o endereço de e-mail intimacoes.sp@lollato.com.br.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo/SP, 11 de novembro de 2024.

Tiago Schreiner Lopes
OAB/SP 194.583

Guilherme França
OAB/SP 324.907

Bruna Alves de Andrade Azevedo
OAB/SP 420.497

Thaís Abreu Carvalho
OAB/SP 474.249

Doc. 01

Plano de Recuperação Extrajudicial

São Paulo / SP
+55 11 2574-2644
Rua do Rócio, 350
Ed. Atrium IX, Cj. 51
Vila Olímpia CEP 04552-000

Curitiba / PR
+55 41 3092-5550
Av. do Batel, 1647
Ed. Landmark Batel, sala 804
Batel CEP 80420-090

Florianópolis / SC
+55 48 3036-0476
Rod. José Carlos Daux, 5500
Torre Jurerê A, sala 413
Saco Grande CEP 88032-005

PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Celebrado entre

(i) **LUIZ BAPTISTA JUNIOR**, empresário, produtor rural, inscrito no CPF/MF sob o nº 097.402.988-26 e no CNPJ sob os nº 54.799.669/0001-14 e nº 08.391.949/0001-71, com endereço na Rua Maria da Conceição de Arruda Vilaça, nº 115, Bairro Santa Mônica, CEP 17700-000, Osvaldo Cruz/SP e (ii) **SANDRA AMALIA MARCUSSI NABAS BAPTISTA**, empresária produtora rural, inscrita no CPF/MF sob o nº 120.977.978-14 e no CNPJ sob o nº 27.734.224/0001-83, com endereço residencial na Rua Maria da Conceição de Arruda Vilaça, nº 115, Bairro Santa Mônica, CEP 17700-000, Osvaldo Cruz/SP (“Recuperandos”).

E, de outro lado,

CREDORES SIGNATÁRIOS

(conforme definido abaixo)

São Paulo, 11 de novembro de 2024.

ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	4
1.1 DEFINIÇÕES	4
1.2 REGRAS DE INTERPRETAÇÃO	6
1.2.1 Cláusulas e Anexos	6
1.2.2 Títulos	6
1.2.3 Referências	7
1.2.4 Prazos	7
1.3 OBJETIVO DESTE PLANO.....	7
1.3.1 Objetivo.....	7
1.3.2 Razões da Recuperação Extrajudicial	7
1.3.3 Meios de Reestruturação	8
2. ABRANGÊNCIA E VINCULAÇÃO DOS CRÉDITOS ABRANGIDOS.....	8
2.1 Créditos abrangidos	8
2.2 CREDORES SIGNATÁRIOS	8
2.2.1 Adesão.....	8
3. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS ABRANGIDOS	9
3.1 OPÇÃO A	9
3.2 OPÇÃO B	9
3.3 OPÇÃO C	9
3.4 DISPOSIÇÕES COMUNS AO PAGAMENTO DOS CREDORES	10
3.4.1 Escolha de Opções de Pagamento.....	10
3.4.2 Data de Vencimento das Parcelas	11
3.4.3 Meios de Pagamento	11
3.4.4 Contas Bancárias dos Credores	11
3.4.5 Datas de Pagamento	11
3.4.6 Antecipação de pagamentos	12
4. EFEITOS DO PLANO	12
4.1 VINCULAÇÃO DO PLANO	12
4.2 QUITAÇÃO.....	13
4.3 RECONSTITUIÇÃO DE DIREITOS	13

4.4 RATIFICAÇÃO DE ATOS	13
4.5 EXTINÇÃO DAS AÇÕES	13
5. DISPOSIÇÕES GERAIS	14
5.1 CONTRATOS EXISTENTES E CONFLITOS	14
5.2 ANEXOS	14
5.3 COMUNICAÇÕES	14
5.4 DIVISIBILIDADE DAS PREVISÕES DO PLANO	14
5.5 LEI APLICÁVEL	14
5.6 ELEIÇÃO DE FORO	15

Os Recuperandos submetem à homologação judicial pelo MM. Juízo da Vara Regional Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 2ª, 5ª e 8ª RAJ, o presente Plano de Recuperação Extrajudicial, com a assinatura dos Credores Signatários no respectivo Termo de Adesão, que já aderiram aos seus termos e condições, os quais correspondem ao quórum mínimo indicado nos arts. 161 e seguintes da LRF.

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1.1 DEFINIÇÕES

Os termos utilizados em letras maiúsculas, sempre que mencionados no Plano, terão os significados que lhes são atribuídos nesta cláusula. Tais termos serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído. Os títulos dos capítulos e das cláusulas deste Plano foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar o conteúdo de suas previsões. Na hipótese de haver conflito entre Cláusulas, a Cláusula que contiver disposição específica prevalecerá sobre a que contiver disposição genérica

1.1.1 “CDI”: significa a taxa de juros que reflete a remuneração de 100% dos certificados de depósito interbancário, divulgada pela CETIP.

1.1.2 “Créditos Abrangidos”: são os créditos e obrigações financeiras devidas pelos Recuperandos e seus respectivos acessórios, assumidos pelos Recuperandos e existentes na Data-Base, conforme expostos no Anexo 1.1.2, que ostentam a mesma natureza e sujeitos a condições semelhantes de pagamento, na forma do §1º do artigo 163 da LRF.

1.1.2 “Credores Abrangidos”: são os credores detentores de Créditos Abrangidos, sejam eles Credores Signatários ou Credores Não Signatários, e seus cessionários ou sucessores a qualquer título.

1.1.3 “Credores Não Signatários”: são os Credores Abrangidos que não assinam o presente Plano, mas que ficam obrigados pelo disposto neste Plano, nos termos do artigo 163 da LRF.

1.1.4 “Credores Signatários”: são os Credores Abrangidos que aderirem ao Plano até a Data-Base, ou em data posterior, conforme os termos e prazos previstos neste Plano, por meio da assinatura e entrega de Termo de Adesão, conforme listados no Anexo 1.1.4.

1.1.5 “Data-Base”: significa a data de 28 de setembro de 2024.

1.1.6 “Data do Pedido”: é a data do ajuizamento do pedido de Homologação Judicial deste Plano perante o Juízo da Recuperação Extrajudicial.

1.1.7 “Dia Útil”: significa, para fins deste Plano, que dia útil será qualquer dia da semana, que não seja sábado, domingo ou feriado nas cidades de São José do Rio Preto/SP ou Osvaldo Cruz/SP, ou que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário nas referidas cidades.

1.1.8 “Evento de Liquidez”: significa a alienação de bens imóveis de propriedade dos Recuperandos, uma vez autorizada a liberação das garantias que eventualmente incidam sobre os bens, conforme disposto na cláusula 3.3.

1.1.9 “Homologação Judicial”: significa a decisão judicial que homologar o Plano, nos termos do artigo 165 da LRF, independentemente da pendência de qualquer recurso interposto contra tal decisão. Para efeitos deste Plano, considera-se que a Homologação Judicial do Plano ocorre na data da disponibilização da referida decisão no diário de justiça eletrônico do Estado de São Paulo.

1.1.10 “INPC-IBGE”: significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, conforme divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

1.1.11 “Lista de Credores”: significa a lista de Créditos Abrangidos constante do Anexo 1.1.2 deste Plano.

1.1.12 “Juízo da Recuperação Extrajudicial”: significa o Juízo da Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado das 2ª, 5ª e 8ª RAJs do Estado de São Paulo.

1.1.13 “LRF”: significa a Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, conforme alterada (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005).

1.1.14 “Opções de Pagamento”: são as opções de pagamento dos Créditos Abrangidos, as quais deverão ser comunicadas diretamente aos Recuperandos nos termos da Cláusula 3.4.1, no prazo de até 10 dias úteis após a Data de Homologação.

1.1.15 “Plano de Recuperação Extrajudicial” ou “Plano” ou “PRE”: significa este documento, apresentado pelos Recuperandos.

1.1.16 “Recuperação Extrajudicial”: significa este processo de recuperação extrajudicial, autuado sob nº 1000488-88.2024.8.26.0359, em curso perante a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado das 2ª, 5ª e 8ª RAJs do Estado de São Paulo.

1.1.17 “Recuperandos”: tem o significado atribuído no preâmbulo deste PRE.

1.1.18 “Termo de Adesão”: é o documento, na forma do Anexo 1.1.18 deste Plano, cuja assinatura formaliza a adesão dos Credores Abrangidos ao Plano e que, a partir de então, tornam-se Credores Signatários.

1.1.19 “Termo de Opção de Pagamento”: é o documento, na forma do Anexo 1.1.19 deste Plano, cuja assinatura formaliza a escolha de Opção de Pagamento dos Credores Abrangidos ao Plano.

1.2 REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

1.2.1 Cláusulas e Anexos

Exceto se especificado de forma diversa, todas as cláusulas e anexos mencionados neste Plano referem-se a cláusulas e anexos deste Plano. Referências a cláusulas ou itens deste Plano referem-se também às respectivas subcláusulas e subitens deste Plano.

1.2.2 Títulos

Os títulos das cláusulas deste Plano foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar sua interpretação ou o conteúdo de suas previsões.

1.2.3 Referências

As referências a quaisquer documentos ou instrumentos incluem todos os respectivos aditivos, consolidações, anexos e complementações, exceto se de outra forma expressamente previsto.

As referências a disposições legais e leis devem ser interpretadas como referências a essas disposições tais como vigentes nesta data ou em data que seja especificamente determinada pelo contexto.

1.2.4 Prazos

Todos os prazos previstos neste Plano serão contados em dias corridos, na forma determinada no art. 132¹ do Código Civil, desprezando-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento. Quaisquer prazos deste Plano cujo termo final caia em um dia que não seja um Dia Útil serão automaticamente prorrogados para o primeiro Dia Útil subsequente.

1.3 OBJETIVO DESTES PLANOS

1.3.1 Objetivo

A reestruturação proposta neste Plano tem como objetivo a compatibilização entre a atual capacidade de geração de receitas dos Recuperandos e o seu passivo financeiro, de modo a equacionar seu fluxo de caixa, permitindo a continuidade de seus negócios.

O Plano visa permitir que os Recuperandos (i) adotem as medidas necessárias para a reestruturação; (ii) preservem a manutenção de empregos, diretos e indiretos, após as adequações necessárias, sempre com o objetivo de permitir o soerguimento e a superação da atual crise econômico-financeira; e (iii) preservem a sua atuação, de ponta a ponta.

1.3.2 Razões da Recuperação Extrajudicial

A necessidade da utilização da Recuperação Extrajudicial pelos Recuperandos decorre de diversos fatores, dentre eles: **(i)** geadas, **(ii)** a crise no setor rural, **(iii)** a pandemia e **(iv)** as

¹ Art. 132. Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, excluído o dia do começo, e incluído o do vencimento.

relevantes instabilidades climáticas enfrentadas. Tais questões impactaram fortemente na capacidade financeira dos Recuperandos de adimplir com os empréstimos existentes.

1.3.3 Meios de Reestruturação

Os Recuperandos adotarão o (i) reescalonamento de seu endividamento, com alterações no prazo, nos encargos, incluindo, mas não se limitando, juros e multas; (ii) alienação de ativos; e (iii) aplicação de deságio.

2. ABRANGÊNCIA E VINCULAÇÃO DOS CRÉDITOS ABRANGIDOS

2.1 Créditos Abrangidos

O valor total dos Créditos Abrangidos na Data-Base, considerados como o valor principal para apuração dos juros incidentes sobre a dívida ora reestruturada nos termos deste Plano, é de R\$ 7.832.039,67, conforme descrito na Lista de Credores, que integra este Plano na forma do Anexo 1.1.2.

O valor total dos Créditos Abrangidos foi apurado por meio do acréscimo dos juros contratuais e encargos moratórios, se aplicáveis, e correção monetária vigentes até a Data-Base.

Serão pagos, nos termos deste Plano, os valores dos Créditos Abrangidos constantes da Lista de Credores, respeitada a escolha de cada Credor Abrangido por Opção de Pagamento, conforme o caso.

2.2 CREDORES SIGNATÁRIOS

Nesta data, os Credores Signatários são, conjuntamente, na Data-Base, titulares de mais de 1/3 (um terço) do valor total dos Créditos Abrangidos, conforme demonstrado no Anexo 1.5, e os Recuperandos firmam o compromisso de, no prazo de 90 (noventa) dias contados da Data do Pedido, atingir o quórum previsto no caput do artigo 163 da LRF, por meio de adesão expressa (artigo 163 §7º da LRF).

2.2.1 Adesão

Os Credores Não Signatários poderão, a qualquer momento até a Homologação Judicial (i) aderir aos termos deste Plano, mediante a assinatura do Termo de Adesão, na forma do Anexo

1.1.18, submetendo-se voluntariamente a todas as disposições deste Plano, de forma a se tornar, então, um Credor Signatário; e (ii) realizar sua Opção de Pagamento, conforme o caso, mediante a celebração do Termo de Opção de Pagamento, na forma do Anexo 1.1.19, conforme aplicável, em caráter irrevogável e irretratável.

3. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS ABRANGIDOS

Os Credores Abrangidos poderão livremente eleger uma das opções de pagamento para receber seus respectivos Créditos Abrangidos, conforme descritas nas Cláusulas 3.1, 3.2 e 3.3 a seguir:

3.1 OPÇÃO A

Os Créditos Abrangidos que escolherem a Opção A serão pagos por meio do pagamento considerando um desconto de 85% (oitenta e cinco por cento), em parcela única, no prazo de 6 (seis) meses a partir da Data de Homologação.

Correção monetária e juros: INPC-IBGE, acrescidos de juros pré-fixados de 12% (doze por cento) ao ano, e que começarão a incidir a partir da Data de Homologação. A atualização monetária e os juros serão acumulados durante o período de carência e serão pagos juntamente.

3.2 OPÇÃO B

Os Créditos Abrangidos que escolherem a Opção B serão pagos por meio do pagamento considerando um desconto de 70% (setenta por cento), com carência de 18 (dezoito) meses, em até 4 (quatro) parcelas anuais, a partir da Data de Homologação.

Correção monetária e juros: T.R., acrescidos de juros pré-fixados de 12% (doze por cento) ao ano, e que começarão a incidir a partir da Data de Homologação. A atualização monetária e os juros serão acumulados durante o período de carência e serão pagos juntamente.

3.3 OPÇÃO C

Os Credores Abrangidos que optarem por liberar e renunciar suas garantias hipotecárias receberão seus Créditos Abrangidos na forma desta cláusula. A liberação da garantia deverá

ocorrer por meio da subscrição do Termo de Anuência em termos substancialmente iguais ao previsto no Anexo 3.3 (“Renúncia da Garantia”), a ser enviado conjuntamente com a via original ou cópia autenticada de documentos que comprovam os poderes de quem assina.

Caso elejam esta opção, os Credores Abrangidos deverão proceder à Renúncia da Garantia, e os Recuperandos venderão (o)s imóvel(is) de sua propriedade dados em garantia ao referido credor, a tempo e modo que os Recuperandos entenderem melhor maximizar o valor dos ativos conforme condições econômicas, negociais e climáticas, o que importará em um Evento de Liquidez em benefício exclusivo do credor que renunciou a garantia. No referido Evento de Liquidez, o respectivo Credor Abrangido receberá seu Crédito Abrangido remunerado pela taxa CDI, acrescida de juros pré-fixados de 1,2% (dois por cento) ao mês, e que começarão a incidir a partir da Data-Base, limitado ao preço de venda do ativo objeto da garantia, havendo integral quitação do Crédito Abrangido do respectivo Credor Abrangido.

A venda dos bens poderá ser feita na forma de uma unidade produtiva isolada, caso em que será observado o art. 166 da LRF c/c art. 142, IV ou V, da LRF, por meio de processo competitivo conduzido por agente especializado ou propostas fechadas, sem prejuízo da venda direta, dispensado o rito do art. 142 da LRF.

3.4 DISPOSIÇÕES COMUNS AO PAGAMENTO DOS CREDORES

Os Recuperandos pagarão os créditos na forma deste Plano. As disposições a seguir aplicar-se-ão a todos os Credores Abrangidos, naquilo que lhes couber.

3.4.1 Escolha de Opções de Pagamento

A partir do protocolo deste Plano os Credores Abrangidos poderão eleger uma única Opção de Pagamento, aplicando, neste caso, o art. 165, § 1º, da LRF. Os Credores Abrangidos terão o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da Homologação Judicial para exercer, a seu exclusivo critério, sua Opção de Pagamento, mediante a celebração do Termo de Opção de Pagamento conforme contido no Anexo 1.1.19, em caráter irrevogável e irretratável, sem ressalvas, mediante comunicação eletrônica com aviso de recebimento endereçada aos Recuperandos no e-mail baptistaluiz1968@gmail.com.

Não se admitirá adesão parcial, fracionada, condicionada ou com ressalvas.

O Credor Abrangido que não formalizar sua Opção de Pagamento no prazo previsto acima será pago nos termos da Cláusula 3.1 acima, registrando-se que a eleição no prazo previsto nesta cláusula é essencial para que os Recuperandos organizem seu fluxo de caixa e realizem seu planejamento das próximas safras.

3.4.2 Data de Vencimento das Parcelas

Todos os prazos de vencimento de parcelas previstas neste Plano terão como base de início a Data de Homologação.

3.4.3 Meios de Pagamento

Os Créditos Abrangidos serão pagos por meio da transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo Credor, por documento de ordem de crédito (DOC) ou de transferência eletrônica disponível (TED). O comprovante do valor creditado a cada Credor servirá de prova de quitação do respectivo pagamento.

3.4.4 Contas Bancárias dos Credores

Os credores devem informar suas respectivas contas bancárias para fins de pagamento quando do envio da Opção de Pagamento, conforme previsto no conforme condito no Anexo 1.1.19.

Os pagamentos que não forem realizados em razão de omissão do Credor em informar seus dados bancários, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da data do primeiro pagamento previsto, não serão considerados como um evento de descumprimento do Plano. Não haverá a incidência de juros, multas ou quaisquer encargos moratórios caso qualquer pagamento deixe de ser realizado em razão da omissão do Credor em informar tempestivamente seus dados bancários.

3.4.5 Datas de Pagamento

Os pagamentos deverão ser realizados nas datas dos respectivos vencimentos, tendo como base o dia da Data de Homologação. Na hipótese de qualquer pagamento deste Plano estar previsto para ser realizado em um dia que não seja considerado Dia Útil, o referido pagamento deverá ser realizado, conforme o caso, imediatamente no próximo Dia Útil.

3.4.6 Antecipação de pagamentos

Os Recuperandos poderão antecipar, a seu exclusivo critério, total ou parcialmente, os pagamentos aos Credores Abrangidos a qualquer momento após a Homologação do Plano, desde que respeitada a paridade entre os Credores. A antecipação é benéfica aos Credores Abrangidos na medida em que a remuneração prevista neste Plano é inferior ao custo de capital das instituições financeiras.

Por ocasião do pagamento antecipado, o valor devido pelos Recuperados será equivalente ao (i) valor novado do respectivo Crédito Abrangido (ou seja, após o deságio, se houver), acrescido (ii) da remuneração e demais encargos previstos à respectiva Opção de Pagamento até a data do pagamento antecipado.

Os Recuperandos efetuarão o pagamento antecipado na conta indicada pelos Credores Abrangidos nos termos da cláusula 3.4.4, ou seja, na conta indicada por ocasião da Opção de Pagamento, conforme previsto na cláusula 3.4.1 e Anexo 1.1.19. O pagamento antecipado que não for concretizado em razão de omissão do Credor em informar, ou erro ao informar, seus dados bancários, não impedirá a fruição do bônus de adimplência previsto no item (iii) acima, que será devido tão logo notificado o Credor a respeito da intenção dos Recuperandos em pagar antecipadamente.

4. EFEITOS DO PLANO

4.1 VINCULAÇÃO DO PLANO

Os Credores Abrangidos, sejam eles Credores Signatários ou Credores Não Signatários, inclusive seus sucessores e cessionários, vinculam-se automaticamente aos termos deste plano, conforme previsto no artigo 163 da LRF, e os créditos abrangidos são considerados novados para todos os fins de direito com a Homologação Judicial do Plano, de forma que todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bônus de subscrição e garantias, acessórios, honorários contratuais e sucumbenciais (exclusive contingentes), bem como quaisquer outras obrigações previstas nos instrumentos que deram origem aos respectivos créditos abrangidos, que sejam incompatíveis com as condições deste Plano, deixam de ser aplicáveis.

4.2 QUITAÇÃO

Mediante o pagamento integral dos respectivos Créditos Abrangidos, os Credores Abrangidos outorgarão automaticamente a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação em favor dos Recuperandos, abrangendo inclusive multas, encargos financeiros ou quaisquer outras despesas incorridas pelo Credor Abrangido, para nada mais pretender ou reclamar, a qualquer tempo, e a qualquer título relativamente aos Créditos Abrangidos, em juízo ou fora dele.

No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do pagamento integral, o Credor Abrangido deverá subscrever o competente termo dando ciência da quitação e anuência para baixa das garantias.

4.3 RECONSTITUIÇÃO DE DIREITOS

Na hipótese de conversão da Recuperação Extrajudicial em recuperação judicial nos termos da LRF, os Credores terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas, deduzidos os valores eventualmente pagos e ressalvados os atos validamente praticados no âmbito da Recuperação Extrajudicial.

4.4 RATIFICAÇÃO DE ATOS

A aprovação deste Plano representará a concordância e ratificação dos Recuperandos e dos Credores de todos os atos praticados e obrigações contraídas no curso da Recuperação Extrajudicial, incluindo, mas não se limitando a todos os atos e todas as ações necessárias para integral implementação e consumação deste Plano e da Recuperação Extrajudicial, cujos atos ficam expressamente autorizados, validados e ratificados para todos os fins de direito.

4.5 SUSPENSÃO DAS AÇÕES

Serão suspensas todas as ações e execuções judiciais em curso, bem como eventuais protestos ou outras anotações em sistemas e órgãos de proteção de crédito, visando à cobrança dos Créditos Abrangidos contra os Recuperandos, , conforme aplicável, e as eventuais penhoras ou constrições existentes liberadas a partir: *(i)* da Data-Base para os Credores Signatários; ou *(ii)* da Homologação Judicial para os Credores Não Signatários, cada parte arcando com seus respectivos custos, custas e honorários contratuais e sucumbenciais de seus respectivos advogados.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 CONTRATOS EXISTENTES E CONFLITOS. CESSÃO DE CRÉDITO

Na hipótese de conflito entre as disposições deste Plano e as obrigações previstas nos instrumentos contratuais anteriores à data de assinatura deste Plano, o Plano prevalecerá. Como consequência, em caso de cessão de crédito, ficam cientes o Credor Abrangido e seu cessionário das condições deste Plano, incluindo, mas não se limitando, a previsão da Cláusula 3.4.1, que estabelece uma única eleição de pagamento e a impossibilidade de fracionar opções (de modo que cedente e cessionário deverão, consensualmente, eleger uma única opção de pagamento).

5.2 ANEXOS

Todos os anexos a este Plano são a ele incorporados e constituem parte integrante do Plano. Na hipótese de haver qualquer inconsistência entre este Plano e qualquer anexo, o Plano prevalecerá.

5.3 COMUNICAÇÕES

Todas as notificações, requerimentos, e outras comunicações aos Recuperandos, requeridas ou permitidas por este Plano, inclusive o que se refere a informação das contas bancárias 3.4.4, para serem eficazes, deverão ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando enviadas no e-mail abaixo. Todas as comunicações devem ser endereçadas da seguinte forma, exceto se de outra forma expressamente prevista neste Plano, ou, ainda, de outra forma que venha a ser informada pelos Recuperandos aos Credores: baptistaluiz1968@gmail.com.

5.4 DIVISIBILIDADE DAS PREVISÕES DO PLANO

Na hipótese de qualquer termo ou disposição do Plano ser considerada inválida, nula ou ineficaz, os demais termos e disposições do Plano devem permanecer válidos e eficazes, salvo se, a critério dos Recuperandos, a invalidade parcial do Plano comprometer a capacidade de seu cumprimento, caso em que os Recuperandos poderão apresentar novo plano de recuperação extrajudicial.

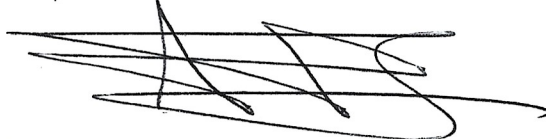
5.5 LEI APLICÁVEL

Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil, tendo como base sempre a LRF.

5.6 ELEIÇÃO DE FORO

Fica eleito o Juízo da Recuperação Extrajudicial como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia ou disputa oriunda deste Plano, até a Homologação Judicial e o encerramento da Recuperação Extrajudicial.

São Paulo, 11 de novembro de 2024.



LUIZ BAPTISTA JUNIOR

Sandra A. M. Nabas Baptista
SANDRA AMALIA MARCUSSI NABAS BAPTISTA

ANEXO 1.1.2 – CRÉDITOS ABRANGIDOS

*(do Plano de Recuperação Extrajudicial celebrado entre os Recuperandos e os Credores
Signatários)*

RELAÇÃO DE CREDORES ABRANGIDOS		
Credor	Valor (R\$)	%
BANCO DO BRASIL S.A.	R\$ 3.257.903,70	41,60%
BANCO DO BRADESCO S.A.	R\$ 1.579.570,22	20,17%
OKNO 1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS	R\$ 2.994.565,75	38,23%
TOTAL	R\$ 7.832.039,67	100,00%

Origem	Credor	CNPJ	Endereço	E-mail	Valor
Financeiro	Banco do Brasil S.A.	00.000.000/0001-91	Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Brasília – DF, CEP: 70.040-912	Age0439@bb.com.br / luizrsdiniz@bb.com.br	R\$ 3.257.903,70
Financeiro	Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12	Núcleo Cidade de Deus, S/n, Vila Yara, Osasco – SP, CEP: 06.029-900	wagner.oliveira@bradesco.com.br / 4785.juridico@bradesco.com.br	R\$ 1.579.570,22
Financeiro	Okno 1 Fundo De Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (decorrente de cessão do Cooperativa de Crédito Nosso - SICOOB NOSSO)	48.969.748/0001-23	Rua Alves Guimarães, nº 1.212, Pinheiros, São Paulo – SP, CEP: 05.410-002	gestao@orram.com.br	R\$ 2.994.565,75

ANEXO 1.1.4 – CREDORES SIGNATÁRIOS

(do Plano de Recuperação Extrajudicial celebrado entre os Recuperandos e os Credores Signatários)

RELAÇÃO DE CREDORES SIGNATÁRIOS			
Credor	Valor (R\$)		%
OKNO 1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS	R\$	2.994.565,75	38,23%
TOTAL	R\$	7.832.039,67	100,00%

ANEXO 1.1.18 – TERMO DE ADESÃO

*(do Plano de Recuperação Extrajudicial celebrado entre os Recuperandos e os Credores
Signatários)*

Termo de Adesão para Credor Abrangido

[DENOMINAÇÃO DO CREDOR ABRANGIDO], [qualificação completa], representada neste ato, nos termos do seu respectivo [contrato/estatuto], em conexão ao Plano de Recuperação Extrajudicial a ser apresentado nos autos 1000488-88.2024.8.26.0359, datado de [=] e que integra este instrumento para todos os fins e efeitos de direito (“Plano”), na qualidade de Credor Abrangido, tal como definido no Plano, detentor de crédito contra os Recuperandos, no valor total de R\$ [=] (“Crédito”), serve da presente para manifestar sua adesão ao Plano.

O Credor Abrangido declara ter ciência e concorda com todas as cláusulas e condições previstas no Plano e seus anexos.

O Credor Abrangido renuncia seu direito a arrependimento e de desistência de sua anuência, de modo que a assinatura neste Termo de Adesão importa aceite irrevogável e irretratável do Credor Abrangido a todos os termos do Plano, inclusive para efeito do art. 161 § 5º da Lei 11.101/2005 (“LRF”), desde que observados integralmente os termos dispostos no Plano.

A adesão individual do Credor Abrangido não implica, em qualquer hipótese, na renúncia das garantias do Crédito.

[cidade] – [Estado], [=] de [=] de 2024

[DENOMINAÇÃO DO CREDOR]

ANEXO 1.1.19 – TERMO DE OPÇÃO DE PAGAMENTO

(do Plano de Recuperação Extrajudicial celebrado entre os Recuperandos e os Credores
Signatários)

À

Luiz Baptista Junior e Sandra Amalia Marcussi Nabas Baptista

Por e-mail: [=]

Plano de Recuperação Extrajudicial dos Recuperandos | Termo de Opção de Pagamento

[DENOMINAÇÃO DO CREDOR ABRANGIDO], [qualificação completa], representada neste ato, nos termos do seu respectivo [contrato/estatuto] social, vem, por meio do presente instrumento, no âmbito do Plano de Recuperação Extrajudicial apresentado pelos Recuperandos, que integra este instrumento para todos os fins e efeitos de direito (“Plano”), na qualidade de Credor Abrangido, tal como definido no Plano, eleger a Opção [=] para pagamento de seus Créditos Abrangidos, conforme previsto na Cláusula 3.4.1.

Os pagamentos deverão ser realizados na seguinte conta bancária:

Titularidade:

CNPJ:

Banco:

Agência:

Conta:

Tipo de conta:

[cidade] – [Estado], [=] de [=] de 2024

[DENOMINAÇÃO DO CREDOR]

ANEXO 3.3 - TERMO DE ANUÊNCIA PARA RENÚNCIA DA GARANTIA
(do Plano de Recuperação Extrajudicial celebrado entre os Recuperandos e os Credores
Signatários)

À

Luiz Baptista Junior e Sandra Amalia Marcussi Nabas Baptista

Plano de Recuperação Extrajudicial dos Recuperandos | Termo de Anuência para
Renúncia da Garantia

O credor(a) **[DENOMINAÇÃO DO CREDOR ABRANGIDO]**, [qualificação completa], representada neste ato, nos termos do seu respectivo [contrato/estatuto] social, reconhece para os devidos fins de direito que, em decorrência de sua adesão ao Plano de Recuperação Extrajudicial dos Recuperandos nos termos da Cláusula 3.3, renuncia sua garantia hipotecária sobre o imóvel inscrito na matrícula nº [descrição] do [=] Registro de Imóveis da Comarca de [=], constituída em razão da contratação do Crédito Abrangido.

Portanto, o credor ora signatário expressamente reconhece que sua adesão ao Plano de Recuperação Extrajudicial, importa na sua expressa e inequívoca anuência que o recebimento do seu crédito se dará nos termos da Cláusula 3.3, com a consequente liberação da garantia hipotecária atrelada ao Crédito Abrangido, ato este que não será objeto de qualquer irresignação ou ação judicial.

[cidade] – [Estado], [=] de [=] de 2024

[DENOMINAÇÃO DO CREDOR]